

	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES FACULDADE DE EDUCAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO CURSO DE MESTRADO
---	---

EDITAL 001/2018

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (ProPed/UERJ) MESTRADO ACADÊMICO – TURMA 2019/1

A Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) faz saber aos interessados que, no período de **01 de agosto a 31 de agosto de 2018**, estarão abertas as inscrições para a seleção dos candidatos ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ (ProPed), curso de Mestrado Acadêmico, para turma com início no 1º semestre de 2019.

1- VAGAS E CANDIDATOS

Serão oferecidas **41** vagas para o curso de Mestrado Acadêmico, destinadas aos portadores de diploma de curso superior de duração plena, outorgado por instituição de ensino superior (IES) e reconhecido pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Destas vagas, 30% serão destinadas às inscrições amparadas no sistema de cotas, conforme previsto pelas Leis Estaduais 6.914/2014 e 6959/2015.

- 1.1- As vagas se encontram distribuídas, de acordo com a disponibilidade de vagas nas linhas de pesquisa do ProPed/UERJ indicadas no Anexo I.
- 1.2- A lista dos professores com disponibilidade de orientação e seus respectivos projetos encontra-se no Anexo II deste Edital.
- 1.3- Não havendo inscrições para as vagas destinadas ao sistema de cotas, em qualquer dos estratos, as mesmas serão remanejadas para a demanda geral.
- 1.4- O Programa reserva-se o direito de:
 - a) Não preencher o total de vagas oferecidas;
 - b) Proceder ao remanejamento de candidato aprovado na seleção, desde que haja acordo entre o candidato e os orientadores.

2- REALIZAÇÃO

- 2.1- Todos os candidatos serão submetidos a processo seletivo único.
- 2.2- Em cumprimento às Leis Estaduais n 6.914/2014 e 6959/2015, que dispõem

sobre o sistema de cotas para ingresso nos cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado e especialização nas universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro, fica reservado, para os candidatos comprovadamente carentes, um percentual de 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas, distribuído pelos seguintes grupos de cotas:

- a) 12% (doze por cento) para estudantes graduados negros e indígenas;
- b) 12% (doze por cento) para graduados da rede pública e privada de ensino superior;
- c) 6% (seis por cento) para pessoas com deficiência, nos termos da legislação em vigor, filhos de policiais civis e militares, bombeiros militares e inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço.
- d) Conforme artigo 5º da Lei, suas disposições se aplicam no que for cabível.

2.3- Em conformidade com as Leis Estaduais n. 5346/2008 e n 6.914/2014, entende-se por:

- a) Pessoas carentes negras e indígenas: aquele que se autodeclarar como negro ou indígena;
- b) Estudante carente graduado da rede privada de ensino superior: aquele que, para sua formação, foi beneficiário de bolsa de estudo do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, do Programa Universidade para Todos - PROUNI ou qualquer outro tipo de incentivo do governo;
- c) Egresso carente graduado da rede de ensino público superior: entende-se como sendo aquele assim definido pela universidade pública estadual, que deverá levar em consideração o nível sócio econômico do candidato e disciplinar como se fará a prova dessa condição, valendo-se, para tanto, dos indicadores sócio econômicos utilizados por órgãos públicos oficiais;
- d) Pessoas carentes com deficiência: aquela que atender às determinações estabelecidas na Lei Federal n. 7853/1989 e pelos Decretos Federais n 3298/1999 e n. 5296/2004;
- e) Filhos de policiais civis e militares, de bombeiros militares e de inspetores de segurança e administração penitenciária, mortos ou incapacitados em razão do serviço – aquele que apresentar a certidão de óbito juntamente com a decisão administrativa que reconheceu a morte em razão do serviço ou a decisão administrativa que reconheceu a incapacidade em razão do serviço, além da fotocopia autenticada do Diário Oficial com as referidas decisões administrativas.
- f) Informações sobre o sistema de cotas podem ser encontradas no manual disponível no link http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf ou no site do Processo de Seleção [<http://www.proped2.pro.br>].
- g) O formulário do questionário socioeconômico no formato eletrônico está disponível no link http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Questionario_Socioeconomico_2016.doc ou no site do Processo de Seleção [<http://www.proped2.pro.br>].

2.4- Os candidatos ao sistema de cotas deverão, além da inscrição *online* descrita no item 3.1, encaminhar separadamente, via SEDEX, em envelope lacrado, os documentos referentes à inscrição pelo sistema de cotas. Essa documentação está descrita no endereço http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf ou no *site* do Processo de Seleção [<http://www.proped2.pro.br>].

2.5- A homologação dos documentos relativos à inscrição pelo sistema de cotas será realizada por comissão específica indicada pela Sub-Reitoria de Pós-graduação e Pesquisa (SR2).

2.6- A divulgação do resultado da análise da documentação comprobatória dos candidatos cotistas será feita conforme calendário deste Edital.

2.7- O candidato às cotas destinadas para estudantes negros e indígenas, em caso de declaração falsa, estará sujeito a sanções penais, previstas no Decreto-lei n. 2848/1940, Código Penal (artigos 171 e 299), administrativas (nulidade da matrícula, entre outros) e civis (reparação ao erário), além das sanções previstas nas normas internas da UERJ.

2.8- Os percentuais de vagas destinadas ao sistema de cotas, especificados no item 2.2 deste Edital, incidirão sobre o total de vagas oferecidas por cada linha de pesquisa do Programa.

3- INSCRIÇÕES

3.1- Período e processo das inscrições *online*:

- a) As inscrições, para todos os candidatos, serão realizadas no período de 01 de agosto a 31 de agosto do ano corrente.
- b) Todos os candidatos deverão realizar as inscrições pela Internet no endereço www.proped2.pro.br
- c) Os candidatos cotistas, além da inscrição no site, deverão encaminhar a documentação específica para o sistema de cotas via SEDEX, em envelope lacrado, para a Secretaria do ProPEd, situada à Rua São Francisco Xavier, n. 524, Pavilhão João Lyra Filho, 12º andar, Faculdade de Educação, Bloco F, sala 12.037, Maracanã, CEP 20550-013, Rio de Janeiro-RJ. A documentação está descrita em http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf ou no site do Processo de Seleção [www.proped2.pro.br].
- d) A postagem deverá ocorrer, impreterivelmente até a data final da inscrição, via Sedex.

3.2. Procedimentos para a realização das inscrições:

- a) Na área destinada às inscrições *online* da página do ProPEd [www.proped2.pro.br], os candidatos deverão preencher o formulário de inscrição, dividido em dados pessoais e acadêmicos, além de uma área específica para *upload* dos documentos solicitados no item 3.3.

- b) Após preenchido o formulário de inscrição (dados pessoais e acadêmicos), será liberado ao candidato, em sua página, o *link* de acesso ao *site* do CEPUERJ para geração de boleto de pagamento da taxa de inscrição no valor de R\$ 100,00 (cem reais).
- c) Os candidatos deverão efetuar o envio dos documentos listados no item 3.3., em formato PDF, com exceção da foto 3x4, que deverá ter formato de imagem (jpg, png ou gif).
- d) Os candidatos que pleiteiam as vagas referentes ao sistema de cotas deverão, no ato de inscrição, declarar sua opção por esse sistema e explicitar a qual dos estratos de cotas estão se candidatando, em conformidade ao item 2 deste Edital.
- e) O candidato deverá informar, no formulário de inscrição, a língua estrangeira na qual prestará seu exame, a saber: inglês, espanhol ou francês. Não haverá alteração de opção de língua estrangeira após o encerramento de inscrições.
- f) No ato da inscrição, o candidato deverá indicar o(a) orientador(a) do projeto de pesquisa ao qual propõe se vincular, conforme constante do Anexo II desse Edital. A comissão de seleção poderá, ouvidas as partes envolvidas, alterar a opção de vinculação do candidato, de modo a assegurar a organização acadêmica do ProPEd, bem como a devida operacionalização do sistema de reserva de vagas.

3.3- Documentos exigidos:

Todos os documentos abaixo listados devem ser enviados, em arquivo único por item, no formato indicado no item 3.2 c, através de *links* específicos e disponíveis na área de *uploads* do formulário de inscrição *online*. **Não serão** aceitas pendências ou justificativas de qualquer natureza para a falta de qualquer um deles.

- a) Foto 3x4, em formato de imagem (jpg, png ou gif);
- b) Plano de trabalho conforme modelo disponível na área de inscrições online (com no mínimo 3 (três) páginas e, no máximo 5 (cinco), incluindo bibliografia);
- c) Diploma de graduação plena [frente e verso], com data da colação de grau, e indicação de reconhecimento do curso [ver itens j e k];
- d) Histórico escolar completo da graduação plena, validado pela instituição emissora;
- e) Caso o candidato ainda não seja portador de seu diploma de graduação, será permitida a inscrição, desde que apresente: o certificado de conclusão e colação de grau, com data da colação explicitada, indicação de reconhecimento do curso e histórico escolar oficial completo ou a declaração de que está no período final do curso e que irá colar grau até a data da matrícula. Ficando assim a matrícula do(a) candidato(a) dependente de sua efetiva e comprovada colação de grau.
- f) Frente e verso da carteira de identidade ou da carteira nacional de habilitação válidas.

- g) Frente e verso do CPF, caso este dado não conste da carteira de identidade ou habilitação;
- h) PDF do Currículo Lattes;
- i) Toda a documentação comprobatória dos indicadores lançados no Currículo Lattes nos últimos cinco anos.
- j) Candidatos estrangeiros deverão enviar diploma de graduação plena e histórico escolar completo com tradução feita por tradutor público juramentado no Brasil – dispensa-se tradução para os idiomas inglês, francês ou espanhol; e cópia do passaporte válido com visto de entrada no Brasil, se cabível.
- k) Candidatos brasileiros com diploma de graduação plena emitido no exterior deverão enviar diploma de graduação plena e histórico escolar completo com tradução feita por tradutor público juramentado no Brasil – dispensa-se tradução para os idiomas inglês, francês ou espanhol.
- l) Os candidatos que pleiteiam as vagas do sistema de cotas deverão, além dos documentos acima citados, encaminhar documentação específica em envelope lacrado, via SEDEX, para a Secretaria do ProPEd, situada à Rua São Francisco Xavier, n. 524, Pavilhão João Lyra Filho, 12º andar, Faculdade de Educação, Bloco F, sala 12.037, Maracanã, CEP 20550-013, Rio de Janeiro-RJ., que comprove sua condição de cotista, referentes ao estrato de cota a que pleiteia vaga, explicitados no item 2 deste Edital e cujos modelos se encontram nos Anexos III, IV e V e disponível em [http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Manual Sistema de Cotas.pdf](http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf) ou no *site* do Processo de Seleção [<http://www.proped2.pro.br>]. A postagem deverá ocorrer, impreterivelmente, até a data final da inscrição, via SEDEX. A documentação específica para concorrer às vagas destinadas às cotas se encontra publicada na Lei Estadual n 6914/2014.

3.4- Resultados da inscrição:

- a) A inscrição dos candidatos ao processo seletivo para o ProPEd só será confirmada após verificação de todos documentos anexados pelo candidato.
- b) O resultado da inscrição será divulgado no mural externo do ProPEd e na página (www.proped2.pro.br), no dia 05 de setembro de 2018, a partir das 16:00h, em listagem constando a menção: inscrição homologada ou inscrição não homologada.
- c) Os candidatos que não anexarem toda a documentação exigida no item 3.3 terão menção de inscrição não homologada, estando, portanto, eliminados do processo seletivo.
- d) Não serão homologadas inscrições com qualquer pendência na documentação.

4- PROCESSO SELETIVO

4.1- O processo seletivo será constituído das seguintes etapas obrigatórias:

a) **Prova escrita dissertativa em língua portuguesa, de carácter eliminatório.** A avaliação da prova levará em conta a capacidade argumentativa, a clareza da exposição, o conhecimento teórico do campo educacional, bem como a correção textual. A prova terá duração máxima de 3 (três) horas, não sendo permitida qualquer forma de consulta durante sua realização. A prova escrita será corrigida independentemente por 02 (dois) examinadores, sendo um da linha em que o candidato se inscreveu e o outro de outra linha do Programa. A nota do candidato é a média aritmética das notas atribuídas por cada um dos examinadores. Havendo diferença superior a 02 (dois) pontos nas notas atribuídas pelos dois primeiros examinadores, a prova escrita será avaliada por um terceiro examinador da linha em que o candidato se inscreveu. A média final do candidato será, então, a média aritmética das notas atribuídas pelos 02 (dois) examinadores com menor índice de discrepância. Candidatos com média final igual ou superior a 7,0 (sete) estarão aprovados.

b) **Plano de trabalho, de carácter eliminatório.** O plano de trabalho será avaliado pelo orientador indicado pelo candidato. Essa avaliação se dará mediante a análise da pertinência da temática ao grupo de pesquisa, relevância, organização de ideias e coerência metodológica. Sobre este plano, o orientador indicado dará um parecer de **apto** ou **não apto**, que será incorporado às decisões da Comissão Examinadora. **Os candidatos considerados não aptos após avaliação do Plano de Trabalho estarão eliminados do processo.**

c) **O *curriculum vitae*, de acordo com a plataforma Lattes,** com toda a documentação comprobatória dos indicadores nele lançados. Para efeitos de pontuação, só serão consideradas as informações contidas no *curriculum vitae* acompanhadas de documentação comprobatória, dos últimos cinco anos.

d) **Arguição do projeto, de carácter eliminatório,** realizada por, no mínimo, 02 (dois) professores do ProPEd, sendo um deles, preferencialmente, o professor indicado como orientador do projeto de pesquisa para o qual o candidato está concorrendo. Na entrevista, o candidato será questionado sobre seu **plano de trabalho** e seu ***curriculum vitae***, com ênfase na defesa de sua adequação e justificativa para ingresso no curso. A avaliação da arguição far-se-á com base na apreciação do perfil do candidato, sua prontidão para elaboração de trabalho acadêmico, suas condições pessoais de cumprir as atividades acadêmicas, defesa do plano de trabalho proposto, perspectiva de inserção no contexto do projeto de pesquisa do possível orientador e, finalmente, na avaliação do seu *curriculum vitae*.

e) **Prova escrita de língua estrangeira,** instrumental, de carácter classificatório. Na prova de língua estrangeira instrumental, será avaliada a capacidade de leitura e compreensão de um texto impresso em um dos três idiomas –inglês, espanhol e francês –indicado pelo candidato na ficha de inscrição. A prova terá duração máxima de 02 (duas) horas, sendo permitida ao candidato a consulta ao seu próprio dicionário que poderá trazer no dia da prova.

5 -CRITÉRIOS PARA APROVAÇÃO DOS CANDIDATOS

5.1- São os seguintes os critérios de aprovação:

- a) Será considerado aprovado na prova escrita dissertativa o candidato que obtiver nota mínima 7,0 (sete);
- b) Será considerado aprovado na análise do plano de trabalho o candidato que for considerado **apto**;
- c) Será considerado aprovado na arguição do projeto o candidato que obtiver nota mínima 7,0 (sete);
- d) Será atribuída, na prova de língua estrangeira, nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez);
- e) Do resultado das etapas **a, c e d**, será extraída uma média final ponderada com peso 5 (cinco) para a prova escrita dissertativa, peso 4 (quatro) para a arguição e peso 1 (um) para a prova de língua estrangeira;
- f) A classificação final dos candidatos será divulgada pela ordem decrescente da média final obtida pelo candidato por projeto de pesquisa;
- g) Em caso de empate entre os candidatos, a classificação será decidida com base nos seguintes critérios:
 - g.1- o mais idoso terá precedência, conforme o art. 27 da Lei Federal n. 10741;
 - g.2- maior nota na prova escrita dissertativa;
 - g.3- maior nota na arguição;
 - g.4- maior nota na prova de língua estrangeira.

6- MATRÍCULA

6.1- Terão direito à matrícula os candidatos aprovados e selecionados, respeitados os limites das vagas estabelecidas por projeto de pesquisa neste Edital.

6.2- Para efetivar suas matrículas, os candidatos classificados deverão apresentar na Secretaria do ProPEd o Formulário de Matrícula e os originais e cópias dos seguintes documentos:

- a) Diploma de **graduação plena, com data da colação de grau**, e indicação de reconhecimento do curso. Todos os documentos deverão estar validados pela instituição emissora;
- b) Original do histórico escolar completo da graduação plena, validado pela instituição emissora;
- c) Caso o candidato ainda não seja portador de seu diploma de graduação, será permitida a inscrição e matrícula, desde que apresente os documentos especificados no item 3.3 - e.
- d) Original da carteira de identidade ou da carteira nacional de habilitação;

- e) Cartão/comprovante de CPF, caso este dado não conste da carteira de identidade.

6.3- Os candidatos que não apresentarem os originais e cópias dos documentos acima listados serão desclassificados do processo seletivo, não podendo realizar sua matrícula.

6.4- A matrícula dos candidatos selecionados neste processo se dará **presencialmente, nos período de 04 a 08 de fevereiro de 2019**, na Secretaria do Programa, quando os documentos exigidos no item 6.2 deste Edital deverão ser entregues com o formulário de matrícula impresso.

6.5- Em caso de desistência da matrícula ou de desclassificação por não apresentação da documentação original, poderão ser convocados outros candidatos aprovados, respeitada a ordem de classificação no projeto de pesquisa em que se deu a desistência. A data para a reclassificação encontra-se estabelecida no calendário deste Edital.

7- CALENDÁRIO

- a) INSCRIÇÕES *ONLINE*: de **01 de agosto a 31 de agosto de 2018**.

Local: na página do ProPEd [www.proped2.pro.br]

- b) RESULTADO DA INSCRIÇÃO: 05 de setembro de 2018.

Horário: a partir de 16:00h

Local: mural externo do ProPEd e na página [www.proped2.pro.br]

- c) INTERPOSIÇÃO DE RECURSO AO RESULTADO DA INSCRIÇÃO: **06 a 10 de setembro de 2018**.

Somente por e-mail encaminhado à comissão de Seleção do Mestrado através de *link* específico para recursos, disponível no formulário de inscrição do processo.

- d) DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE RECURSO DAS INSCRIÇÕES: **13 de setembro de 2018**.

Através de e-mail enviado ao endereço eletrônico especificado no formulário de inscrição do candidato.

- e) PROVA ESCRITA DISSERTATIVA: **27 de setembro de 2018**.

Horário: 14:00h às 17:00h

Local: dependências da Faculdade de Educação da UERJ.

- f) DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA ESCRITA: **30 de outubro de 2018**.

Horário: a partir das 16:00h

Local: mural externo do ProPEd e na página [www.proped2.pro.br]

- g) DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DE ANÁLISE DO PLANO DE TRABALHO: **06 de novembro de 2018**.

Horário: a partir das 16:00h

Local: mural externo do ProPEd e na página [www.proped2.pro.br]

- h) **DIVULGAÇÃO DAS DATAS DAS ARGUIÇÕES: 06 de novembro de 2018**
Horário: a partir das 16:00h (etapa a ser realizada apenas pelos candidatos aptos em plano de trabalho).
Local: mural externo do ProPEd e na página [www.proped2.pro.br]
- i) **ARGUIÇÕES: de 08 de novembro a 23 de novembro de 2018**
Horário: agendamentos individuais a serem posteriormente divulgados no mural externo do ProPEd e na página [www.proped2.pro.br]
Local: dependências do ProPEd
- j) **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS: 07 de novembro de 2018.**
Local: Mural externo do ProPEd.
- k) **RECURSOS AO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS: 07 a 16 de novembro de 2018**
Por e-mail encaminhado à Comissão de Seleção do Mestrado.
- l) **RESPOSTA AOS RECURSOS DO RESULTADO DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DOS CANDIDATOS COTISTAS: 23 de novembro de 2018**
Local: Mural externo do ProPEd.
- m) **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DAS ARGUIÇÕES: 27 de novembro de 2018**
Horário: a partir das 16:00h
Local: mural externo do ProPEd e na página [www.proped2.pro.br]
- n) **PROVA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA: 04 de dezembro de 2018.**
Horário: de 13:30h às 16:00h
Local: dependências do ProPEd
- o) **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR: 10 de dezembro de 2018**
Horário: a partir de 16:00h horas
Local: Mural externo do ProPEd e na página [www.proped2.pro.br]
- p) **RECURSOS AO RESULTADO PRELIMINAR: 11 e 12 de dezembro de 2018.**
Horário: até às 17:00h do dia 12/12/2018.
- Somente por e-mail encaminhado à comissão de Seleção do Mestrado através de *link* específico para recursos, disponível no formulário de inscrição do processo.
- q) **RESPOSTA AO RECURSO DO RESULTADO PRELIMINAR: 14 de dezembro de 2018.**
Horário: a partir das 16:00h.
Através de e-mail enviado ao endereço eletrônico especificado no formulário de inscrição do candidato.
- r) **DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL: 17 de dezembro de 2018.**
Horário: a partir de 16:00h
Local: Mural externo do ProPEd e na página [www.proped2.pro.br]
- s) **ENTREGA DO FORMULÁRIO DE MATRÍCULA E DE ORIGINAIS E CÓPIAS DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ITEM 6.2.b: 04 a 08 de fevereiro de 2019**
Horário: de 10:00h às 12:00h e de 14:00h às 17:00h
Local: Secretaria do ProPEd

t) DIVULGAÇÃO DA 1ª RECLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATOS: **19 de fevereiro de 2019**

Horário: a partir das 16:00h

Local: mural externo do ProPEd e na página [www.proped2.pro.br]

u) ENTREGA DO FORMULÁRIO DE MATRÍCULA E DE ORIGINAIS E CÓPIAS DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ITEM 6.2.b DOS CANDIDATOS CONTEMPLADOS NA 1ª RECLASSIFICAÇÃO: **20 e 21 de fevereiro de 2019**

Horário: de 10:00h às 12:00h e de 14:00h às 17:00h

Local: Secretaria do ProPEd

v) DIVULGAÇÃO DA 2ª RECLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATOS: até um dia antes da data prevista no calendário do ProPEd para alteração da inscrição em disciplinas em 2019.1

Horário: a partir de 16 horas

Local: mural externo do ProPEd e na página [www.proped2.pro.br]

w) ENTREGA DO FORMULÁRIO DE MATRÍCULA E DE ORIGINAIS E CÓPIAS DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS NO ITEM 6.2.b DOS CANDIDATOS CONTEMPLADOS NA 2ª RECLASSIFICAÇÃO: até a data prevista no calendário do ProPEd para alteração da inscrição em disciplinas em 2019.1

Horário: de 10:00h às 12:00h e de 14:00h às 17:00h

Local: Secretaria do ProPEd

8- DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A inscrição do candidato **implicará** conhecimento e aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, não sendo aceita alegação de desconhecimento.
- b) **Não** serão aceitas declarações de conclusão de curso, à exceção do disposto no item 3.3.c.
- c) Os históricos escolares devem ser abonados pela instituição expedidora.
- d) Nenhum candidato **será isento** da prova de língua estrangeira.
- e) Só serão analisados recursos para revisão de erro material. Por erro material entende-se erro no cômputo das notas.
- f) Após a inscrição não será permitida qualquer alteração de dados ou informações.
- g) Nenhum candidato poderá ingressar no local da prova escrita dissertativa e da prova de língua estrangeira após 30 minutos do início de sua realização. O horário determinado para a finalização da prova não será alterado em função do tempo de atraso. Sob nenhuma hipótese haverá segunda chamada para as provas do processo de seleção, assim como para a arguição.
- h) As provas escritas deverão ser entregues ao fiscal da sala, identificadas apenas com o número de inscrição, sem assinatura ou outra marca qualquer que permita revelar aos examinadores a identidade do candidato.
- i) Os últimos três candidatos, em cada sala, deverão sair juntos.
- j) Este exame de seleção só terá validade para curso a ser iniciado no 1º semestre de 2019.
- k) Não haverá chamada para candidatos aprovados e não selecionados fora do calendário de reclassificação.
- l) O ProPEd não se responsabilizará pelo ressarcimento de quaisquer custos arcados pelo candidato cuja inscrição não seja homologada pelo

descumprimento do especificado nos itens 2 e 3 e em seus subitens; por falta a uma das provas; desistência durante o processo; ou qualquer outra circunstância.

- m) A comissão de seleção é composta por 05 (cinco) membros, que se encarregarão de elaborar, acompanhar e avaliar todo o processo de seleção, bem como decidir por quaisquer questões pertinentes ao referido processo.
- n) A comissão de seleção convocará os outros membros do corpo docente do ProPEd para participar da correção das provas escritas dissertativas, das provas de língua estrangeira, da análise dos currículos dos candidatos e da condução das entrevistas. No caso da correção das provas escritas haverá, sempre, um membro da linha a qual o candidato se apresentou para a seleção.
- o) O colegiado do ProPEd deverá dispor sobre a homologação do resultado final da seleção, sob instrução e relato da comissão de seleção.
- p) A comissão de seleção tem o direito de alterar datas previstas no calendário deste Edital, no interesse do desenvolvimento mais adequado do processo de seleção.
- q) A documentação dos candidatos cotistas não selecionados no processo seletivo ficará à disposição dos respectivos interessados para retirada, na Secretaria do ProPEd, por um prazo não superior a 90 (noventa) dias a contar da divulgação do resultado final da seleção. Após esse prazo, os documentos restantes serão incinerados.
- r) Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pela comissão de seleção do ProPEd.
- s) Os candidatos, em caso de deficiência física, devem informar à respectiva Comissão, via e-mail, qual é a deficiência e qual o atendimento especial necessário à realização da prova escrita, por exemplo: surdo (tradutor).
- t) A Coordenação do ProPEd é responsável pela gerência administrativa e infraestrutural do processo de seleção.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA E INFORMAÇÕES

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO - ProPEd
Rua São Francisco Xavier, n. 524, Pavilhão João Lyra Filho, 12º andar, Bloco F, Sala 12.037
Bairro Maracanã, CEP: 20550-013, Rio de Janeiro, RJ
Telefone(s): 55 21 2334-0467 - Fax: 55 21 2334-0120
Página: www.proped2.pro.br
Email: comissao_mestrado@proped.pro.br

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2018.

Maria Isabel Ramalho Ortigão
Coordenadora Geral do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ

Anexos

Anexo I- QUADRO DE VAGAS POR LINHA DE PESQUISA

Anexo II- LISTA DE PROJETOS

Anexo III- FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO

Anexo IV- FORMULÁRIO DE INFORMACOES SOCIOECONÔMICAS

Anexo V- DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR ÀS INFORMAÇÕES
SOCIOECONÔMICAS

ANEXO I – Quadro de vagas por linha de pesquisa***Linha Cotidianos, redes educativas e processos culturais***

Professores	Vagas
Aldo Victorio	01
Alexandra Garcia	01
Ana Karina Brenner	02
Jane Paiva	01
Mailsa Carla Pinto Passos	01
Stela Guedes Caputo	02
Total	08

Linha Currículo: sujeitos, conhecimento e cultura

Maria Isabel Ramalho Ortigão	03
Raquel Goulart Barreto	01
Rita de Cássia Prazeres Frangella	01
Rosanne Evangelista Dias	01
Siomara Borba	02
Veronica Borges	03
Total	11

Linha Educação Inclusiva e Processos Educacionais

Annie Gomes Redig	03
Cátia Crivelenti de Figueiredo Walter	01
Luiz Antonio Gomes Senna	02
Total	06

Linha Infância, Juventude e Educação

Ligia Aquino	01
Miriam Soares Leite	02
Maria Luiza Magalhães Bastos Oswald	01
Walter Omar Kohan	01
Vera Maria Ramos de Vasconcelos	01
Total	06

Linha Instituições, Práticas Educativas e História

Alexandra Lima da Silva	01
Aline de Moraes	01
Ana Chrystina Venancio Mignot	01
José Gondra	02
Márcia Cabral da Silva	01
Maria Celi Chaves Vasconcelos	01
Paula Leonardi	02
Sônia de Oliveira Camara Rangel	01
Total	10

TOTAL GERAL DE VAGAS	41
-----------------------------	-----------

ANEXO II

LISTA E RESUMOS DOS PROJETOS

ALDO VICTORIO FILHO

TÍTULO: CULTURAS JUVENIS E VIDAS BONITAS NAS ESCOLAS: ENSINO DA ARTE, CULTURA VISUAL E COTIDIANO

O caminho da pesquisa é a investigação da produção estética dos jovens nas escolas públicas, suas aproximações e enfrentamentos ao assédio das imagens visuais e perscrutar o sentido estético e político da beleza como produção juvenil relativa à busca e exercício da autonomia frente às práticas de poder que atravessam e, sob muitos aspectos, se disseminam no cotidiano escolar. Trata-se, então, de uma pesquisa dedicada à investigação e discussão sobre os modos juvenis de ser e ficar nas escolas, com um olhar particularmente dirigido às produções estéticas, portanto, políticas que os estudantes da educação básica realizam dentro ou fora da oficialidade curricular. Investigação da figuração estética que os jovens põem em relevo quando se singularizam para dizer o que são e existencialmente territorializam e, por meio das suas imagens e de suas relações com as imagens, as diferenças que desejam que se façam presentes em suas vidas. O ponto de partida é a admissão de que, nas escolas, a beleza é uma produção juvenil relativa à intenção da autonomia do estudante frente às práticas de poder que a institucionalização escolar difunde. Em outros termos, a produção estética, especialmente no universo juvenil, é inseparável das movimentações emancipatórias, na medida em que são geradas em consonância com impulsos ou intentos libertadores como toda criação e ação poética o é e se afirma na realização da vida como realização poética. No que toca especificamente à educação, e centralmente ao ensino da arte, nos leva, sobretudo aos que se ocupam desse campo nas universidades, a repensar as tradições e as contradições dos percursos e percalços dos ensinos das Artes na educação básica.

ALEXANDRA LIMA DA SILVA

TÍTULO: SUJEITOS EM TRÂNSITO: REDES DE SOCIABILIDADE, INSTITUIÇÕES E CIRCULAÇÃO DESABERES

Filosóficas, literárias, míticas, científicas, compulsórias, religiosas, missionárias, migratórias, turísticas, amorosas, pedagógicas. Assim se caracterizam as viagens. Uma prática, diferentes sentidos e significados. Se por um lado, as viagens são plurais e múltiplas, na mesma medida são os estudos que se propõem a refletir sobre esta temática, abordada nas diferentes áreas do conhecimento, evidenciando a abrangência e o caráter interdisciplinar. Tais trabalhos propõem investigar o viajante podem utilizar fontes diversas, tais como cartas, cartões postais, bilhetes de embarque, diários, notas, relatórios de viagem. Analisar os significados das viagens realizadas por educadores no âmbito da História da Educação é o horizonte do presente projeto de pesquisa. O projeto objetiva analisar a importância das viagens no processo de formação, intercâmbios e circulação de ideias e dos debates sobre a educação entre finais do século XIX até meados do século XX. Procura analisar a experiência de educadores, num sentido mais amplo, homens e mulheres que percorreram diferentes países e continentes em busca

de aperfeiçoamento profissional e intelectual, fortalecimento de redes de sociabilidade, e participação nas ações e nos debates em torno das causas da educação.

ALINE DE MORAES

TÍTULO: MAPEAMENTO DA MALHA PÚBLICA E PRIVADA DE ENSINO NAS FREGUESIAS URBANAS E RURAIS DA CAPITAL DO IMPÉRIO BRASILEIRO (1870-1890)

O objetivo deste projeto é investigar as características históricas do processo de expansão da malha de ensino pública e privada, comparativamente, na capital do Império Brasileiro entre suas décadas finais, de 1870 e 1890. O que se procura compreender melhor são as políticas do Ministério dos Negócios do Império, pasta responsável pela gestão dos assuntos educacionais em todo Império e na Corte, suas iniciativas de criação de escolas públicas, bem como o conjunto amplo e diversificado de estabelecimentos particulares mantidos por grupos religiosos, associações, agremiações, sociedades e demais instituições civis. Interessa inquirir aspectos como estrutura, localização, ampliação, distribuição de demandas das referidas iniciativas de escolarização primária e secundária, associando tais aspectos às questões geográficas, culturais e políticas da capital. Nesse sentido, a partir de um conjunto diversificado de fontes, a pesquisa pretende refletir acerca das legislações, levantamentos e ações empreendidas pelo governo que, como hipótese do projeto, tinham como pretensão controlar, regulamentar e incentivar ou restringir a ocupação dos espaços da cidade por parte dessas escolas. Com isso, a proposta é que sejam produzidos quadros quantitativos e mapas que explicitem a movimentação de escolas públicas e privadas entre as regiões definidas como freguesias urbanas e rurais do Município Neutro. Na perspectiva comparativa entre esfera pública e privada, como hipótese preliminar do projeto, há indicações acerca da maior expressão, em termos numéricos, das iniciativas particulares, fossem elas formais (colégios primários e secundários) ou informais (aulas avulsas, preparatórios). Integrando um projeto de pesquisa mais amplo, com participação de outros pesquisadores, o desenvolvimento deste estudo pretende colaborar com os demais investimentos do campo da História da Educação cuja pretensão é compreender melhor o fenômeno educativo a partir de diferentes perspectivas e, da mesma forma, ampliar a pesquisa e divulgação dos acervos documentais existentes.

ANA CHRYSTINA VENANCIO MIGNOT

TÍTULO: TRAVESSIA ENTRE A CIÊNCIA E A FÉ: A NOVA PEDAGOGIA PARA A EDUCADORA CATÓLICA LAURA JACOBINA LACOMBE

Seguindo as pistas deixadas pelos historiadores da educação que, ao se voltaram para as viagens de educadores como um dispositivo de apropriação e circulação de modelos pedagógicos, examinam a importância que o Instituto Jean-Jacques Rousseau desempenhou, na fabricação de uma nova sensibilidade pela infância que orientou a defesa da escola como direito das crianças e a necessidade de assegurar métodos de ensino renovadores, este estudo se volta para as duas primeiras viagens de Laura Jacobina Lacombe, à Suíça (1925 e 1927) e as duas primeiras que realizou à Bélgica (1927 e 1933). Atuante na Associação Brasileira de Educação (ABE) e, posteriormente, na Associação de Professores Católicos do Distrito Federal (APC), ela se tornou um dos mais

importantes elos de ligação entre a ABE e o instituto suíço, onde estavam os educadores que lideraram a produção e difusão de ideário pedagógico renovador – A. Ferrière, P. Bovet e E. Claparède – bem como com O. Decroly, em Bruxelas. Ao eleger as viagens de Laura Jacobina Lacombe para investigar como se apropriou das propostas escolanovistas na produção e difusão do discurso educacional católico, reconheço que o laicato católico é mais heterogêneo e complexo do que se supõe, como propõe Bernadete de Lourdes StreiskyStang (2008), e assumo a perspectiva de Marta Chagas de Carvalho (2002) quando lembra que, diferentemente do que se tem acreditado, a militância católica não se opôs ao avanço das novas propostas pedagógicas e se mobilizou para difundir “a sua versão da nova pedagogia”. Para interpretar a travessia física e intelectual entre a ciência e a fé, busco, na documentação existente em diferentes instituições de guarda, suas convicções pedagógicas e crenças religiosas que informam e conformam seus modos de ver, ouvir, experimentar e propagar. A investigação pretende melhor compreender a hibridização de princípios e práticas escolanovistas e católicas por ela apropriados e difundidos, contribuindo, deste modo, para matizar uma certa versão consagrada na historiografia da educação.

ANA KARINA BRENNER

TÍTULO: A EJA PARA OS JOVENS DO ENSINO MÉDIO: TRAJETÓRIAS E PROCESSOS EDUCATIVOS E DE INDIVIDUAÇÃO

O projeto de pesquisa se associa a projeto coletivo que busca compreender e revelar as trajetórias de escolarização e os percursos biográficos de jovens estudantes de Ensino Médio de escolas públicas que se encontram em situação de defasagem escolar. O recorte específico desta proposta tem preocupação especial com a oferta escolar na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, buscando revelar e compreender trajetórias de escolarização e percursos biográficos de jovens estudantes de Ensino Médio de escolas públicas em situação de defasagem escolar – por abandono, repetência ou atraso na matrícula. As trajetórias truncadas ou irregulares de escolarização expressam a sonegação de direito básico à cidadania e a EJA tem, como modalidade da educação básica, o desafio de garantir a conclusão do ensino fundamental e do ensino médio para essa população que passou pela escola e, por motivos diferenciados (trabalho, responsabilidades familiares, maternidade/paternidade etc.), foi obrigada a abandoná-la. Busca-se combinar, na análise sobre os percursos de vida dos jovens, a posição social com os estados sociais, ou seja, compreender a maneira como os indivíduos agem no contexto de determinada posição social na qual se encontram (Martuccelli, 2007). O estudo se fundamenta em uma sociologia do indivíduo para a qual o interrogante maior é o de saber como o indivíduo é capaz de sustentar-se no mundo e para a qual a dimensão de provas e suportes (Martuccelli, 2010) é fundante. A pesquisa, em andamento, realizou survey (aplicação de questionários) com jovens estudantes de 14 escolas públicas estaduais localizadas no município do Rio de Janeiro com trajetórias escolares truncadas, constituindo banco de dados com 529 entrevistas com jovens de 18 a 29 anos de idade. A partir do questionário foram realizadas 19 entrevistas biográficas numa conjugação de metodologias quantitativas e qualitativas no sentido de melhor abordar o objeto de estudo e as análises sobre o fenômeno do truncamento das trajetórias escolares e dos processos de individuação. As 19 entrevistas biográficas realizadas com jovens levaram à produção de nova etapa de pesquisa que consistiu no acompanhamento de 3 desses jovens em seus cotidianos de estudo, trabalho, lazer e

vida familiar. Tanto as entrevistas quanto os acompanhamentos dos 3 jovens lançaram mão de dispositivos metodológicos que auxiliassem na condução das entrevistas biográficas e na produção de reflexividade dos sujeitos da pesquisa a partir de narrativas de si. Tanto as entrevistas quanto os acompanhamentos foram filmados e resultarão em documentário de pesquisa que se encontra em fase de edição. A pesquisa com utilização e produção de imagens se assenta nas experiências de 14 anos do Observatório Jovem do Rio de Janeiro (www.uff.br/observatoriojovem) de produção de filmes de pesquisa. A imagem é compreendida como representação do social (Becker, 2009) e o audiovisual tomado como ferramenta de produção de dados e reflexividade no encontro com os atores sociais investigados.

ANNIE GOMES REDIG

TÍTULO: O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA ESCOLA PARA A VIDA ADULTA E MUNDO DO TRABALHO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A presente pesquisa se insere no contexto de estudos voltados para disseminação de políticas e práticas de inclusão. A inclusão é um movimento mundial e nas últimas décadas o cenário educacional brasileiro vem se transformando para atender a diversidade. Dentro das questões eminentes que envolvem a construção de uma escola inclusiva, destacamos a formação para o momento pós-escola para estudantes com deficiência intelectual. Nessa direção, a pesquisa tem como objetivo a elaboração, implementação e avaliação de um Plano Individualizado de Transição para a vida adulta e mundo do trabalho para jovens e adultos com deficiência intelectual a partir dos 14 anos de idade, matriculados em turmas comuns (Ensino Fundamental II e/ou Ensino Médio), classes e/ou escolas especiais, além do acompanhamento desse processo. Sendo assim, será utilizada como metodologia a pesquisa qualitativa nos pressupostos da pesquisa-ação e com a elaboração de um Plano de Ensino Individualizado que contemple um Plano Individualizado de Transição para a vida adulta e/ou mundo do trabalho, de forma a permitir ao sujeito opções de aprendizado para além de conteúdos acadêmicos, possibilitando a sua inclusão escolar, social e laboral.

CÁTIA CRIVELENTI DE FIGUEIREDO WALTER

TÍTULO: O USO DE DISPOSITIVOS GERADORES DE FALA (DGF) ASSOCIADO AO PECS-ADAPTADO: COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA PARA CRIANÇAS COM AUTISMO

O uso de dispositivos gerador de fala (DFG) vem mostrando resultados promissores nas intervenções de linguagem com crianças que apresentam sinais e sintomas do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Tais dispositivos são utilizados com a função de produzir fala digitalizada ou sintetizada e devem ser utilizados por indivíduos com pouca ou nenhuma fala funcional. Com o aumento da alta tecnologia dos recursos de Comunicação Alternativa e considerando os resultados promissores no uso do programa PECS-Adaptado (WALTER, 2000) na promoção da comunicação funcional de pessoas com autismo, o presente projeto tem como objetivo desenvolver e avaliar os efeitos de um programa de Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) utilizando Dispositivos Geradores de Fala (DGF) associado ao programa PECS-Adaptado com crianças com autismo em desenvolvimento de linguagem. O

presente projeto pretende desenvolver novas técnicas baseadas em dispositivos de fala e associar tais programas ao PECS-Adaptado com a finalidade de promover a comunicação funcional de forma precoce às crianças com autismo. Tal projeto foi agraciado com uma bolsa de pós-doutorado para 2019 e foi desenhado mediante contato pessoal com o Prof. Dr. Oliver Wendt em realizar uma parceria entre a Purdue University, West Lafayette, estado de Indiana, Estados Unidos da América com o Laboratório de Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa (LATECA) do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. O projeto foi elaborado considerando as seguintes etapas de execução: a) Conhecimento do Programa *SPEAK MODalities* coordenado pelo Prof. Wendt que envolve a utilização de software dedicado ao campo da Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA) e uso de produtos do *SPEAK MODalities* com a finalidade de promover comunicação às crianças com autismo sem fala funcional; b) Desenvolver um programa de CAA utilizando os Dispositivos Geradores de Fala (SGF) associado ao PECS-Adaptado (WALTER, 2000), uma vez que o tal programa vem sendo utilizado com frequência e revela resultados promissores no Brasil; c) Aplicar o programa em três crianças que estejam dentro do espectro do autismo, com idade variando entre 24 a 48 meses e que não tenham desenvolvido a fala funcional ou que apresentam alterações na fala; d) Analisar os efeitos do programa e as condições de aplicabilidade e seus resultados no comportamento comunicativo das três crianças, por meio de uma pesquisa experimental de linha de base e intervenção; e) Elaboração de um manual de aplicação do programa utilizado e publicação dos resultados obtidos em eventos científicos internacionais e nacionais. Para realização das etapas descritas serão utilizados protocolos de avaliação de linguagem, comunicação funcional, protocolos de registro diário, protocolo de suporte oferecido e autonomia para comunicar algo desejado, lista de vocabulários e avaliação de comportamentos interativos. Também serão utilizados os dispositivos geradores de fala, como IPADs, MACBOOK e softwares que desenvolvem os sistemas gráficos para serem utilizados com os DGF. Os protocolos serão sugeridos pelo Prof. Wendt, pois suas pesquisas já contam com formato próprio na aplicação do programa *SPEAK MODalities*. Pretende-se com a realização do projeto estabelecer uma parceria científica com a Purdue University, possibilitando o aprofundamento de conhecimentos e uso de programas de Comunicação Alternativa desenvolvido pelo grupo de pesquisa do Prof. Oliver Wendt, buscando auxiliar futuros projetos de pesquisa que auxiliem o desenvolvimento da comunicação funcional de crianças com autismo no Brasil.

JANE PAIVA

TÍTULO 1: CONSTELAÇÕES ANALÍTICAS DO DIREITO À EDUCAÇÃO EM NOVOS CONTEXTOS HISTÓRICOS: QUE SENTIDOS PARA A DIVERSIDADE E PARA A DIGNIDADE HUMANA?

O aprofundamento da temática do direito à educação neste novo projeto de pesquisa dá seguimento aos estudos e investigações que venho promovendo de há muito tempo no campo da educação de jovens e adultos, mais especificamente desde que a Constituição Federal de 1988, quando promulgada, preceituou na Carta os direitos sociais que vinham sendo reivindicados pelos movimentos em defesa da cidadania, nas lutas travadas com a

ditadura civil-militar que retirara, com a repressão, também os direitos políticos dos brasileiros. A conquista de direitos sociais, especialmente nos termos em que movimentos em prol da saúde e da educação os defenderam, escreveu e inscreveu novas páginas na história do país, despertando meu interesse para a compreensão de como o direito à educação para jovens e adultos se fazia em políticas públicas e com que sentidos se expressava. Assim, o objetivo geral do projeto visa à compreensão de emoções e sentimentos relatados por sujeitos jovens e adultos quanto às interdições sofridas para o exercício do direito à educação em qualquer fase de suas vidas, tomando em conta, especialmente, contextos históricos e políticas socioeconômicas, culturais e educacionais — vagas insuficientes para crianças em idade escolar; localização de escolas e de vagas; não oferta de vagas em escolas para a educação de jovens e adultos; redução de investimentos em educação de jovens e adultos (EJA); insucesso das políticas escolares “regulares”, com investimento duplo em um mesmo sujeito que retorna várias vezes à escola para concluir seu curso, sem conseguir permanecer e ter “sucesso”; o modelo utilizado na oferta de EJA, que apenas “copia” o modo de oferta da escola regular; fechamento de classes e escolas etc. — e as mudanças que se vão produzindo complexamente na ordem do trabalho e renda, na cidadania e nas questões da diversidade (de gênero, étnico-racial, de classe social) e como esses elementos constelacionais impactam o princípio constitucional da dignidade humana. Com esse foco, o projeto pretende pôr em teste a categoria analítica de sofrimento ético-político (SAWAIA, 2009) vivido por sujeitos diversos de classes populares interditados do direito à educação e à escolarização, buscando arregimentar, pelas narrativas, elementos que confirmem ou contestem a formulação da autora, e como esses elementos se conectam entre si, complexificando a compreensão do que é dor (perspectiva individual) e do que é sofrimento (perspectiva coletiva) na existência social e humana. A escolha do objeto, assim definido, se ampara nas recomendações de B. S. Santos (1997) que sugere o uso de interrogações poderosas (contra hegemônicas, para o autor) para fazer avançar o conhecimento, penetrando em pressupostos epistemológicos e ontológicos do saber constituído, introduzindo valores e ética nos conceitos científicos. Para isso, defende o uso de categorias desestabilizadoras na compreensão de questões sociais, de modo a criar novas constelações analíticas por meio das quais poderão ser mobilizados sentidos inesgotáveis, a partir de ideias e de paixões. O processo de investigação proposto, então, problematiza e reorganiza conceitos de exclusão/inclusão à medida que as narrativas de sujeitos diversos — jovens e adultos de classes populares que, quanto mais diversos, mais desiguais — se evidenciem, explorando a utilidade desses conceitos. Trata-se de ir além da produção existente e forjar novas compreensões, pondo em cheque, como anunciado, a formulação de Sawaia (2009), com a concepção de sofrimento ético-político, e como esta se constitui para sujeitos que vivem/eram injustiças sociais, nesse caso, situações de interdição à educação e fracasso escolar. Compreender como necessidades humanas se fixam, não apenas em atos de sobrevivência, mas de desejos e sonhos em concomitância, por meio de entrevistas compreensivas com sujeitos de diferentes grupos sociais que têm em comum a vivência da desescolarização/não alfabetização, como suporte à metodologia de história oral. Seriam estes conceitos-processo, não mais deserdados e desencarnados, mas libertados da evidência e banalização do mal do outro que o expia como culpa, individual e privada, em vez de pública, porque da ordem da injustiça e da desigualdade social? Como, então, os sujeitos vivenciam esta situação de desigualdade? Como culpa individual, como incapacidade? Como dor ou como sofrimento ético-político? Percebem a injustiça social que os acomete? E como um e outro se expressam em cada grupo de sujeitos nomeados? O que

compreendem da própria interdição ao direito à educação e como a enunciam? Que marcas/histórias deixou em suas vidas?

TÍTULO 2 :CENTRO DE REFERÊNCIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O projeto Centro de Referência e Memória da Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos no Rio de Janeiro realiza-se a partir do Grupo de Pesquisa Aprendizados ao longo da vida: sujeitos, políticas e processos educativos, e tem por finalidade o desenvolvimento de ações visando à consolidação da área da educação de jovens e adultos, por meio da produção, conservação e disponibilização da memória passada e presente e recriação da história da educação popular e da educação de jovens e adultos. Suas ações se referem ao levantamento e à identificação, tratamento técnico (digitalização) e referenciado (segundo a Norma Brasileira de Descrição Arquivística), e organização de material didático e de demais documentos produzidos pelas ou sobre experiências brasileiras de educação popular e de jovens e adultos. O acervo resgatado terá duas destinações: uma física, sob a responsabilidade da Universidade que o abriga; outra virtual, disponibilizando *online*, em página web compartilhada por diversos projetos/programas, de maneira a permitir atualizações a partir de novos materiais coletados. Ao mesmo tempo, o acervo *online* e físico existente, da memória passada subsidiará ações de pesquisa e de ensino, presentes e futuras no campo, produzindo investigações sobre materiais, documentos e registros da área, reconstituindo a história de experiências e da ação de seus protagonistas em programas e projetos que alimentam/aram o campo. O acervo se oferece à consulta e subsídio a pesquisadores, professores e alunos de EJA, bem como de cursos de formação de professores na área. A memória resgatada e organizada em acervo documental integra-se a outros movimentos na mesma direção realizados por universidades de diferentes regiões do país e subsidiará pesquisas de diversas naturezas realizadas por universidades e outros centros de pesquisa no campo da história da educação popular e de jovens e adultos, especialmente.

JOSÉ GONÇALVES GONDRA

TÍTULO: A ESCRITA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: SABERES, PODERES E SUJEITOS (1808-1834) – FASE IV

A pesquisa focaliza a reflexão historiográfica em torno do período da história da educação brasileira que corresponde ao aparecimento da escola como forma privilegiada de intervenção no curso da vida, no funcionamento da sociedade, na gestão da população e na constituição e individualização dos sujeitos. Trata-se, portanto, de privilegiar o estudo referente ao período que corresponde ao funcionamento do Estado Imperial e analisar as representações que vêm sendo forjadas a respeito deste período na historiografia da educação brasileira. Deste modo, pretende-se interrogar a presença dos sujeitos/instituições e as relações dos mesmos com a configuração de problemas, fontes e abordagens na escrita da história da educação brasileira, enfatizando, para tanto, o exame da escrita que recobre o período entre 1822 e 1889. De modo correlato, mas na direção invertida, trata-se de pensar o modo como as configurações referidas procuram instaurar determinadas tradições no que se refere às práticas de escrita e de ensino de história da educação no Brasil e seus efeitos na formação dos profissionais da educação. Na fase atual da pesquisa dar-se-á sequência ao

estudo de algumas experiências nacionais de escrita da história da educação procurando, contudo, observar relações entre os projetos de emancipação, independência e recolonização e os processos de construção da nação de formação do povo. O foco incidirá na experiência brasileira, entre 1808 e 1834, com incursões mais ou menos tópicas nos processos desenvolvidos em outros países dos continentes americano e africano, enfatizando as complexas mediações entre os jogos de saber, poder e protagonismos nos processos emancipatórios.

LIGIA AQUINO

TÍTULO: UNIDADE DE EDUCAÇÃO INFANTIL UNIVERSITÁRIA: POLÍTICAS E PRÁTICAS PARA A INFÂNCIA EM DIÁLOGO COM O ENSINO, A PESQUISA E A EXTENSÃO.

O projeto visa compreender como as políticas e práticas para a educação da pequena infância têm se produzido e afetado as Unidades Universitárias Federais de Educação Infantil (UUEI) no que se refere às atividades de ensino, pesquisa e extensão, a partir da publicação da Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) de nº 1 de março de 2011, que fixa normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações. A metodologia adotada se utiliza de análise de documentos, entrevistas e observação de campo de modo a apreender a complexidade da realidade de duas UUEI, localizadas no Estado do Rio de Janeiro. Pretendemos com esta pesquisa contribuir para a ampliação das investigações sobre as UUEI, federais e estaduais, evidenciando seu papel de referência para as práticas de educação infantil, como nossas pesquisas e outros estudos tem apontado. Esperamos ainda intensificar os estudos sobre as políticas educacionais para a primeira etapa da educação básica e suas implicações com as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas instituições e seus profissionais, fortalecendo os projetos comprometidos com a democratização da educação, seja na garantia de acesso, mas também nos mecanismos de participação e decisão, inclusive das crianças. A relevância para a área de atuação está na possibilidade de elaborar conhecimento sobre as UUEI, campo pouco investigado apesar dos seus mais de 40 anos de existência, e por permitir ampliar o acervo de documentos já catalogados em nossas pesquisas anteriores, deverá alimentar outras pesquisas, desenvolvidas inclusive por pesquisadores de outros centros e regiões. A relevância também se destaca por buscar analisar as políticas e práticas de educação infantil, quando esta, como primeira etapa da educação básica, vem sofrendo uma série de ameaças na sua consolidação como parte das políticas educacionais. Infelizmente, reformas e medidas adotadas pelo atual governo federal, que sem impôs através da destituição da presidente eleita, têm reduzido os financiamentos à educação e descaracterizado a educação infantil (assim como toda a Educação Básica) como um direito das crianças. Esperamos desse modo, contribuir na formulação de estratégias de resistência e investimento por uma educação democrática e popular.

LUIZ ANTONIO GOMES SENNA

TÍTULO: CULTURAS EM CONTATO NO PROCESSO DE LETRAMENTO

Programa e base do VI ciclo de pesquisas do Grupo Linguagem, Cognição Humana e Processos Educacionais, retoma abordagens de cunho teórico no estudo das condições

gerais do processo de letramento na educação básica brasileira, no âmbito do qual estão incluídos os diferentes campos curriculares vinculados, a saber: alfabetização, formação de leitores, produção de textos, educação matemática e científica. O programa congrega projetos específicos de pesquisa e formação de RH em nível de mestrado e doutorado, cujos objetivos visam a contribuir com a identificação de fatores responsáveis pela perpetuação de situações de severo custo no desenvolvimento e uso dos códigos e sistemas de representação da cultura letrada escolar na sociedade brasileira. Seus objetos primários variam entre: (i) fenômenos associados às propriedades intelectuais e socioafetivas de sujeitos sociais em condição de diversidade, sejam entre aqueles com necessidades especiais, ou em condição de marginalidade cultural, e (ii) fenômenos associados às propriedades estruturais e estruturantes das peças mais representativas da cultura letrada moderna, a saber, a escrita alfabética e as representações algorítmicas da matemática. O programa dá consecução a estudos anteriores do grupo de pesquisa, deles resgatando os conceitos de sistemas metafóricos e de modos do pensamento, com base nos quais fundamentam-se explicações que nos permitem caracterizar as produções realizadas por alunos em processo de letramento como formas plenas e legítimas, em coerência com a noção vygotskiana de desenvolvimento proximal. Nesta fase de estudos, o grupo avança na investigação de fatores que resultam em custo severo de plena apropriação das formas reconhecidas como adequadas à cultura letrada. Consideram-se, aqui, a formação inicial na alfabetização (com foco sobre os casos interdição no processo de construção da escrita) e os casos ordinariamente associadas àquilo que se vem usando chamar analfabetismo funcional, identificado tanto no uso da escrita alfabética como no dos recursos da matemática escolar, ou outros instrumentos da cultura acadêmica.

MAILSA CARLA PINTO PASSOS

TÍTULO: ENCONTROS COM A AFRODIÁSPORA EM AMBIENTES EDUCATIVOS: ESTÉTICA, DIALOGIA E ENUNCIÇÃO

O projeto “Encontros com a afrodiaspora em ambientes educativos: estética, dialogia e enunciação” consiste no desdobramento de outros dois projetos. O primeiro deles, “Artes do fazer: diálogos e alianças da afrodiaspora em redes educativas”, e o projeto “Culturas, sonoridades e processos identitáriosafrodiaspóricos na comunidade escolar Compositor Luiz Gonzaga”. No presente projeto, temos como objetivo aprofundar nossos estudos sobre a afrodiaspora e compreender as narrativas dos sujeitos afrodiaspóricos sobre si e os processos de negociação cultural presentes nestes discursos e práticas. Pretendemos compreender como se enunciam – suas linguagens, os diálogos culturais em sua dimensão ética e estética. Estas enunciações, em nosso ponto-de-vista, são acontecimentos com potencial emancipatório e de resignificação da vida social. Temos como meta conhecer e registrar as formas de apropriação e usos (CERTEAU, 2006) das práticas culturais – as artes do fazer certeunianas - tendo como princípio que os ambientes educativos são espaçotempos de emergência de saberes e que o cotidiano é espaçotempo de criação onde circulam discursos polifônicos (BAKHTIN, 2003), que nos oferecem pistas sobre os processos de negociação cultural. A pesquisa prevê também a produção um arquivo audiovisual dessas enunciações, com a intenção de registrar a emergência de saberes e performances culturais produzidos como não existência, como nos sinaliza Santos, 2003. Temos como base teórica para este estudo Mikhail Bakhtin,

Frantz Fanon, Michel de Certeau, Paul Gilroy, Muniz Sodré, Boaventura de Sousa Santos, Edward Said, dentre outros.

MÁRCIA CABRAL DA SILVA

TÍTULO: LIVROS EM COLEÇÕES: O CASO DA BIBLIOTECA INFANTIL DA LIVRARIA QUARESMA (1894-1960) – Fase II

Neste projeto, busca-se dar continuidade à pesquisa anterior - *Livros em coleções: o caso da Bibliotheca Infantil da Livraria Quaresma (1894-1960) Fase I* - por meio da qual se examinou a invenção da *Bibliotheca Infantil* pela Livraria Quaresma Editora ou Livraria do Povo (Rua São José, 65/67). Tratou-se de um investimento no último quartel do século XIX de livros baratos para o povo, assim como de livros para crianças, brinquedos, poemas, peças de teatro, contos adaptados para a realidade brasileira, de conteúdo moral, histórias proveitosas e piedosas de vários países, traduzidas umas e outras colhidas da tradição oral. Se, em um primeiro momento, identificaram-se o livreiro editor Pedro da Silva Quaresma e o jornalista Alberto Figueiredo Pimentel como mentores comerciais e intelectuais do empreendimento, nesta segunda fase da pesquisa, almeja-se investigar as redes de sociabilidade dos intelectuais que participaram do projeto editorial e, de algum modo, contribuíram para a consolidação do projeto inicial. De um lado, chama a atenção o protagonismo do ilustrador e caricaturista Julião Machado, com inserção nos periódicos em circulação à época, e tendo as ilustrações do início da coleção (1894) reproduzidas até os anos de 1960 nos livros da *Bibliotheca Infantil* Quaresma. Importa verificar, em acréscimo, o protagonismo de outros intelectuais que teriam participado do projeto por meio da autoria de textos, do exercício da crítica, como Julia Lopes de Almeida. De outro lado, nota-se que a coleção é formada de livros pertencentes a vários gêneros do discurso: contos, poemas, dramas, atividades de entretenimento como jogos, charadas. De tal modo, busca-se, nesta etapa, mapear e examinar esses gêneros do discurso, com a finalidade de se compreender as séries que constituíram a coleção, assim como o modo de se assegurar a fidelidade dos leitores até os anos de 1960 por meio de um formato material regular e as estratégias de conformação de um público leitor. Com vistas ao exame, o estudo apoia-se em pressupostos teórico-metodológicos extraídos da História da Leitura, da História da Edição, da História Intelectual, assim como da epistemologia bakhtiniana sobre os gêneros do discurso. De modo geral, interessa-nos agregar pesquisadores que investiguem a história do livro e da leitura, com especial ênfase no período analisado.

MARIA CELI CHAVES VASCONCELOS

TÍTULO: OS CAMINHOS PARA ENSINAR: ROTAS, CENÁRIOS, AGENTES E PRÁTICAS DA EDUCAÇÃO DOMÉSTICA NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO OITOCENTISTA (1824 - 1889)

Nos últimos anos, a mídia brasileira tem registrado um aumento significativo de famílias que optam pela educação doméstica, retirando os filhos da escola, embora existam inúmeras restrições legais a essa prática. Esse contexto de divergências impõe um debate para além das políticas educacionais, que revela a necessidade de se buscar na história da educação a gênese dos movimentos de escolarização, a partir do formato que, inicialmente, serviu como modelo ao nascente sistema de ensino escolar brasileiro, a

educação doméstica, praticada ao longo de todo o século XIX, pelas famílias que podiam arcar com seus custos. Assim, a pesquisa em pauta se constitui em um estudo aprofundado sobre a educação doméstica, prática recorrente no Rio de Janeiro oitocentista, da qual faziam uso, notadamente, as famílias pertencentes às camadas mais favorecidas na estrutura social vigente. O objetivo central do projeto é, portanto, a investigação histórica acerca deste fenômeno educativo, a educação doméstica, os locais e como ocorria o seu funcionamento, seus agentes e práticas, bem como os lugares onde foi majoritária em relação à escola instituída na Província do Rio de Janeiro. Busca-se, ainda, demonstrar aspectos significativos de sua convivência com outras modalidades existentes na mesma época: a educação em colégios particulares e a instrução pública, analisando as relações estabelecidas entre a esfera privada, a educação na casa, e a esfera pública, caracterizada como a educação escolar, submetida à responsabilidade do estado não apenas no que se refere aos estabelecimentos oficiais, mas também aos particulares, tendo em vista as licenças para ensinar expedidas pela diretoria da instrução pública, bem como a certificação dos exames preparatórios e de aptidão. Em um plano mais específico, o estudo pretende investigar a arquitetura dessa prática, o cotidiano de seus agentes, os manuais utilizados e a sistematização dos métodos de ensino. No que se refere aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma pesquisa qualitativa, histórico-documental, na qual será utilizado um repertório diversificado de fontes que denotam "os caminhos" para a realização da educação doméstica. Em meio às fontes documentais selecionadas para a pesquisa, destacam-se os periódicos, relatórios oficiais, a literatura da época, cartas de viajantes, egodocumentos, registros de testemunhos da memória daqueles que observaram e vivenciaram a educação doméstica. Com os resultados obtidos, o projeto tenciona contribuir não apenas para os estudos do campo da história da educação, vinculados à linha de pesquisa "Instituições, Práticas Educativas e História", mas trazer elementos para a discussão atual, na qual, um século depois da supremacia incontestável da escola na legitimidade de ensinar e educar, algumas questões se colocam diante das possibilidades trazidas pelas inovações tecnológicas, entre elas, a perspectiva da educação doméstica voltar a se constituir em uma modalidade instituída de educação.

MARIA ISABEL RAMALHO ORTIGÃO

TÍTULO: POLÍTICAS E PRÁTICAS ESCOLARES NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Este projeto de pesquisa visa a compreender as políticas e as práticas escolares associadas à melhoria de desempenho das escolas brasileiras, tendo o Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) como objeto de estudo. O PISA é uma avaliação internacional que avalia jovens de 15 anos de idade em diversos países, incluindo o Brasil, e busca verificar o quanto estes jovens estão preparados para a transição à vida adulta. Especificamente, pretende-se (a) analisar os resultados brasileiros ao longo das edições do PISA (2000 a 2015), nas três áreas de conhecimento consideradas (Leitura, Matemática e Ciências); (b) investigar que fatores escolares (políticas e práticas) estão associados ao desempenho de estudantes brasileiros que participaram do PISA, e (c) quais destes fatores minimizam o impacto do nível socioeconômico familiar nos resultados escolares, considerando que já é bem conhecido que a origem social tem impacto nos resultados escolares e que este impacto é desfavorável aos estudantes de menor nível socioeconômico. O desenvolvimento da pesquisa envolve análise de documentos sobre o PISA e análise aos próprios microdados do Programa.

MARIA LUIZA OSWALD

SUBVERTENDO A RELAÇÃO ENTRE CONHECIMENTO E PODER: CRIANÇAS, JOVENS E PROFESSORES EM SUAS MÚLTIPLAS REDES EDUCATIVAS

O projeto que proponho dá continuidade ao anterior, “Educação e contemporaneidade: crianças, jovens e redes de conhecimento”, cujos resultados apontaram para a potência da sociedade em rede, quando as redes são reprogramadas pelos desejos, sonhos, esperanças e resistências dos atores sociais que as instituem como redes de conhecimento e significação. Descobrimos nesses estudos jovens que, procurando fugir da manipulação e do controle do novo estágio do capitalismo, se envolvem em práticas coletivas alternativas a essa ordem. Interessa-me, e ao grupo de pesquisa que coordeno, continuar investindo em estudar essas práticas, ampliando o foco para crianças e professores. Diante do atual contexto político do Brasil, em que a educação assume a função de fortalecer o capitalismo, auxiliando o Estado a manter em situação de desigualdade os que mantêm o poder do conhecimento e os que não mantêm esse poder, minha proposta parece relevante. Trata-se de conhecer como crianças, jovens e professores da escola pública subvertem a relação entre conhecimento e poder nas múltiplas redes educativas em que atuam: (i) na escola, (ii) no espaço domiciliar; (iii) nos espaços urbanos (iv) nas redes sociais. O Projeto será realizado por intermédio de procedimentos da pesquisa presencial (observação; entrevistas) e *online*, orientados pelas contribuições que Walter Benjamin e Mikhail Bakhtin trouxeram à pesquisa em Ciências Humanas. No que se refere à especificidade do objeto, a construção e a análise dos dados será orientada pelos estudos sobre conhecimento e poder na sociedade em rede (Manuel Castells); pelo aprofundamento do papel da astúcia dos praticantes sociais na subversão ordem social capitalista (Michel de Certeau); e pelos estudos sobre os modos de constituição da subjetividade de crianças e jovens nos contextos híbridos da contemporaneidade e nas relações com os artefatos de seu tempo (Édmea Santos, José Machado Pais, Helena Abramo; Hermano Vianna; Juarez Dayrell, Lucia Rabello de Castro; Marília Sposito; Micael Herschman; Paulo Carrano; Regina Novaes; Rosana Reguillo; Solange Jobim e Souza, entre outros).

MIRIAM SOARES LEITE

TÍTULO: ABORDAGEM INTERSECCIONAL DA DIFERENÇA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DA JUVENTUDE: QUESTÕES TEÓRICO-POLÍTICO-PEDAGÓGICAS NO CONTEXTO DO ATIVISMO ESTUDANTIL CONTEMPORÂNEO

Passados quatro anos desde as chamadas “jornadas de junho”, nossas ruas permanecem em ebulição, com movimentação nem sempre protagonizada por jovens, mas, sem dúvida, contando ainda com a sua presença. Entretanto, tais manifestações surpreendem agora menos pela participação juvenil do que pelo conteúdo de parcela significativa das bandeiras defendidas em tais mobilizações. Pela primeira vez, desde o fim da última ditadura que tivemos no país, forças políticas altamente conservadoras se assumem como tal e ocupam os espaços públicos reivindicando e enaltecendo o que até pouco tempo seria para muitos de nós impensável: a volta da ditadura, a intervenção militar, o anticomunismo, a bi/homo/lesbo/transfobia. Como se coloca a educação escolar nesse quadro sociopolítico? Como tem - ou não - formado para a participação nesse contexto? O formato “grêmio”, para a organização política dos estudantes do ensino fundamental e

do ensino médio, ainda faz sentido para a juventude contemporânea? A escola tem favorecido a constituição deste e de outros formatos de organização e atuação política dos seus jovens estudantes? Como se colocam as questões da diferença nesse contexto? Neste projeto, propomos buscar respostas a tais questionamentos, em continuidade às últimas pesquisas que temos realizado no Grupo de Estudos sobre Diferença e Desigualdade na Educação Escolar da Juventude/DDEEJ. Para tanto, a pesquisa conta com três eixos principais de desenvolvimento: 1) pesquisa colaborativa, em parceria com estudantes e professores de colégio público do Rio de Janeiro com tradição de ativismo discente, visando mapear e problematizar a formação e participação política dos estudantes na instituição; 2) levantamento e discussão da produção acadêmica recente (2007 a 2017) acerca de temas e de noções teóricas pertinentes à pesquisa: ativismo político estudantil; gênero e sexualidade na educação escolar da juventude; interseccionalidade; 3) aprofundamento teórico das temáticas que temos focalizado em nossas pesquisas e que seguiremos estudando neste projeto, nomeadamente: juventude e educação escolar, ativismo político juvenil e estudantil, perspectiva teórico-política da diferença (que temos buscado construir em diálogo com teorizações de Jacques Derrida e Judith Butler, entre outros) e problemáticas da diferença na escola, com destaque para questões relativas a gênero e orientação sexual, bem como para a abordagem interseccional dessas questões, que têm mobilizado movimentos estudantis no estado do Rio de Janeiro, e se colocado bastante presentes em nossos estudos sobre a diferença e a desigualdade na escola. Destaque-se, neste último eixo, pesquisa bibliográfica e estudos sobre a juventude em perspectivas críticas, visando a proposição de bases gerais para a realização do diálogo entre tais produções e nossas pesquisas, usualmente mais próximas de teorizações pós-críticas.

PAULA LEONARDI

TÍTULO: EDUCAÇÃO E RELIGIÕES NO ESPAÇO/TEMPO DAS CIDADES

Ao longo da história, as religiões se fazem presentes na gestão e organização dos espaços nas cidades e na formação dos cidadãos de diferentes formas. Compreender essas formas, as permanências e mudanças das religiões em sua ligação com a educação são os objetivos dessa pesquisa. Focaliza, especialmente, a presença da Igreja Católica na cultura, suas marcas e as práticas educativas na cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1930. Tendo em conta que a organização social do espaço e dos lugares de memória têm implicações na construção e na dinâmica de identidades individuais e sociais, a hipótese que norteia esta pesquisa é que essa participação pode ter se dado por meio da difusão de uma moral e comportamentos específicos produzidos pela construção de “monumentos” e pela realização de rituais públicos, caracterizados por uma pedagogia da memória. Em fins do século XIX, a Igreja construiu uma série de regulamentações para normatizar a ação dos religiosos na América Latina em uma verdadeira política cultural para a região. Dentre as principais ações estavam: a imprensa católica; a educação; monumentos e a intervenção no espaço urbano. Congregações estrangeiras iniciaram um processo de imigração para o Brasil que percorreu o século XX por oito décadas ininterruptas. Para o caso da cidade do Rio de Janeiro, é possível recortar um período de concentração deste processo entre 1890 e 1930. Marcam o período as reformas de urbanização e a construção do monumento e santuário do Cristo Redentor. Vinculado a um projeto de pesquisa mais amplo composto por outros pesquisadores, este projeto e a construção do mapa permitirá que outras pesquisas coloquem em relação a distribuição

dos monumentos católicos (escolas e santuários), no espaço e no tempo com outras instituições educacionais públicas, privadas e de outras confissões.

RAQUEL GOULART BARRETO

TÍTULO: DIMENSÕES DA SUBSTITUIÇÃO TECNOLÓGICA NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: O CASO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

Este estudo visa a dimensionar mudança radical na recontextualização educacional das tecnologias da informação e da comunicação (TIC): de recursos agregados ao processo de ensino à condição de estratégia de substituição tecnológica, implicando esvaziamento e precarização do trabalho docente. Do ponto de vista teórico, pretende aprofundar a noção formulada (substituição tecnológica), submetendo-a à prova prática sistemática. Em termos políticos, constitui estudo de caso no contexto das políticas educacionais em curso. Com base na análise crítica do discurso (ACD), aborda proposições e documentos oficiais para a aproximação dos elementos lexicais, sintáticos e de modalização no movimento de esvaziar o trabalho docente, na medida em que os objetos tendem a ser posicionados como sujeitos nas/das formulações. Assume os objetos técnicos, ora relexicalizados como objetos de aprendizagem, como parte, e meio, de consolidação do deslocamento que concebe os professores como aqueles de quem se espera a realização de um conjunto de tarefas predefinidas para o ensino dito bem sucedido. Sua pretensão maior é contribuir para o desenvolvimento de alternativas contra hegemônicas para o encaminhamento das questões relativas à formação e ao trabalho docente no contexto atual.

RITA DE CÁSSIA PRAZERES FRANGELLA

TÍTULO: POLÍTICAS DE CURRÍCULO E ALFABETIZAÇÃO: NEGOCIAÇÕES PARA ALÉM DE UM PACTO

Esse estudo se desdobra de uma trajetória de pesquisa que tem se dedicado a investigar o processo de produção da política curricular a partir das tensões/negociações entre as demandas locais, próprias de cada escola e as questões globais – da rede municipal de Educação do Rio de Janeiro. Observou-se movimento que tem tido força nas decisões/ações nesse contexto: o envolvimento com Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa - PNAIC. Argumento que essa política de formação se dá também como política curricular uma vez que tem, numa articulação muito própria, cria demandas para produção curricular cotidiana nos anos iniciais do ensino fundamental. Assim, o foco do estudo é a análise do PNAIC não como política de formação de professores apenas, mas também como estratégia de produção curricular. Põem-se em destaque as imbricações entre formação de professores e políticas curriculares, temática que se apresenta como atrelada, mas muitas vezes em relações casuísticas. Argumenta-se que o deslocamento/deslizamento de significantes como formação, currículo, qualidade, direito e conhecimento se articulam na produção de um discurso que significa o investimento na formação de professores como instituintes de políticas curriculares. Sendo assim, com base nas teorizações de Laclau, Derrida e Bhabha, se propõe a investigação acerca da produtividade dessas articulações, defendendo que essas se constituem na ambivalência discursiva que torna o político possível. Para tanto, se opta como estratégia metodológica a análise dos documentos do Pacto (proposta, cadernos

de formação, etc) e entrevistas com os sujeitos envolvidos (coordenadores, professores, orientadores), a partir das ações desenvolvidas no Estado do Rio de Janeiro à luz dos referenciais citados, ou seja, numa perspectiva discursiva. Busca-se discutir como uma concepção de currículo vai se desdobrando das premissas defendidas pelo Pacto: se observa a ênfase numa dimensão que valoriza a organização e planejamento do conhecimento e ensino. Ao problematizar a ideia dessa centralidade, argumenta-se que se incorre no risco de polarizações que esvaziam a tarefa política de recuperar outros sentidos possíveis para o fazer curricular, defendendo a necessidade de pensa-lo como entre-lugar de enunciação cultural. Esse estudo, portanto, se insere nos debates sobre o estabelecimento de base comum nacional curricular, no caso em foco, o delineamento de um currículo nacional para a alfabetização, a partir da injunção de significantes que a pesquisa se propõe analisar e que se articulam com questões mais amplas postas nessa discussão e que tem como ponto comum a articulação entre qualidade e direito, significada a partir da ideia de acesso ao conhecimento, assim a defesa que se desdobra desses documentos é do direito à aprendizagem. Os argumentos a serem desenvolvidos a partir dessa investigação se direcionam a problematizar esse sentido a partir da defesa de outro direito: o direito à formação.

ROSANNE EVANGELISTA DIAS

TÍTULO: DISCURSOS NAS POLÍTICAS CURRICULARES PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO ESPAÇO IBERO-AMERICANO

Este projeto visa a investigar os discursos das políticas de formação de professores para a educação básica no espaço ibero-americano no período de 2001 a 2014. Ao longo desses anos, discursos em defesa das demandas políticas para a formação docente, vêm sendo produzidos por diversas lideranças e grupos, em diferentes escalas e a produção por parte de organismos internacionais tem destacado processos de articulação que atravessam fronteiras de Estados-nação, tencionando finalidades de virem a constituir políticas locais e para a região. Esses processos de produção e disseminação de discursos devem ser analisados como expressão de ideias, valores e concepções sobre o currículo e a formação de professores em diferentes arenas de significação (LOPES) dessas políticas. Esta investigação será orientada pela teoria de discurso (LACLAU) e a abordagem do ciclo contínuo de políticas (BALL; BALL & BOWE). Os textos selecionados fazem parte da produção de entidades de caráter acadêmico-científico e associativo como a SBPC e a ANFOPE e dos organismos internacionais: OEI e UNESCO. Nas análises dos textos políticos tencionamos compreender as articulações que tornaram possíveis os consensos em busca da legitimidade de determinados discursos (MOUFFE). Tencionamos analisar, nesses textos, os discursos em defesa das demandas das políticas de formação de professores no âmbito ibero-americano, focalizando os seguintes aspectos da formação: a) finalidade social; b) modalidades de ensino; c) modelos de organização curricular e, d) processos de avaliação. Entendemos que os discursos constituem os sentidos de ser professor e também do que deve ser o conhecimento do professor e por isso devem ser analisados para melhor compreensão das políticas curriculares que vêm sendo forjadas.

SIOMARA BORBA

TÍTULO: PANORAMA DA PESQUISA EDUCACIONAL BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: OBJETOS, PERSPECTIVAS TEÓRICAS E ABORDAGENS EMPÍRICAS.

Nosso objetivo é construir um panorama de objetos de investigação, perspectivas teóricas e abordagens empíricas da pesquisa educacional, considerando as pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação, por ser o espaço institucional que a expressa atualmente e pela dimensão formativa que lhe é própria, realizando uma análise exploratória do estado atual da pesquisa educacional brasileira, entre 2010 e 2012. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, com perspectiva descritiva e analítica. Para a caracterização dos programas e das produções então presentes, serão considerados os documentos institucionais de avaliação do triênio de 2013, então divulgados pela Capes e como unidade de referência para a caracterização de pesquisas, parte de publicações de docentes permanentes de cada programa, especificamente as produções publicadas em periódicos Qualis "A", no período anteriormente indicado.

SÔNIA DE OLIVEIRA CAMARA RANGEL

TÍTULO: INTELLECTUAIS, INSTITUIÇÕES E REDES DE SOCIABILIDADE: ASSISTÊNCIA, PROTEÇÃO E EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA NO RIO DE JANEIRO DE 1890 A 1940

O projeto pretende investigar as redes de sociabilidade construídas entre instituições e intelectuais que mobilizados pela cruzada civilizatória da infância, colocaram-se em defesa da assistência e da educação da infância. A partir da constituição das redes, esperamos compor a malha assistencial e educativa à infância, mapeando iniciativas do âmbito público e privado, na cidade do Rio Janeiro, então, Capital Federal no período de 1890 a 1940. Em sua missão civilizadora os intelectuais do campo médico e jurídico elegeram e constituíram espaços de atuação a partir dos quais criaram condições para fomentar projetos de intervenção social direcionados a promover a modernização do país. É no entrecruzamento das medidas organizadas na cidade-capital que pretendemos reconstituir as relações entre os intelectuais e o Estado; a medicina, o direito e a educação; a escola e a família; o público e o privado. Nesta perspectiva, nosso esforço interpretativo visa analisar as estratégias elaboradas pelos intelectuais reformadores e as instituições a partir das quais as crianças foram perspectivadas como objetos de pensamento, de intervenção e de profilaxia social. Interessa-nos, ainda, tencionar as matrizes que orientaram os dispositivos de atendimento, de proteção e de educação das infâncias pobres e desvalidas e as formas como essas matrizes circularam no cenário nacional e internacional no período de 1890 a 1920. Quanto à periodização proposta (1890-1940), está se sustenta em duas perspectivas de análise. A primeira é que no período delineado de 1890 até 1920, as iniciativas direcionadas à infância estiveram marcadas pela presença do privatismo de caráter filantrópico assistencial, prevalecendo assim, em grande parte, a ideia de que as iniciativas realizadas dependiam mais da vontade individual dos que se devotavam à causa da infância pobre e, em menor escala, do projeto republicano liberal hegemônico; A segunda é que a partir da década de 1920 deu-se o processo de ingerência do Estado sobre a organização da assistência à infância, aspecto que marcou de forma definitiva o caráter tutelar que o Estado brasileiro assumiria no atendimento à infância nas duas décadas seguintes.

STELA GUEDES CAPUTO

TÍTULO: CRIANÇAS DE TERREIROS: EDUCAÇÃO, SUJEITOS, IMAGENS E CRIAÇÃO DE CULTURAS

O presente projeto pretende dar continuidade ao projeto anterior onde pesquisamos como crianças e jovens de terreiros aprendem e ensinam o yorubá, uma língua africana viva que circula cotidianamente nos terreiros de candomblé no Brasil. De acordo com Beniste (2006), este idioma pertence à família de línguas do Sudão e é falado nas diferentes regiões da atual Nigéria. O yorubá, assim como outras línguas africanas, chega até nós no período da escravidão e se torna a mais comum nas comunidades negras. Seu último refúgio, lembra o pesquisador, foi nas comunidades de candomblé (os ilê) que se utilizam de elementos culturais nagôs e tem sido mantida através de cânticos, rezas e expressões diversas. Já a antropóloga Juana Elbein dos Santos afirma que os africanos de origem Bantu, do Congo e de Angola foram trazidos para o Brasil durante o período da conquista e espalhados em pequenos grupos por imensos territórios nos Estados do Rio, São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais, numa época de comunicações difíceis e com centros urbanos começando a nascer (1986, p. 31). Os Nagôs, diz Santos, foram trazidos durante o último período da escravidão e concentrados em zonas urbanas em pleno apogeu dos estados do Norte e do Nordeste, Bahia e Pernambuco, particularmente nas capitais desses estados, Salvador e Recife. A referência de Santos é muito importante porque contextualiza o fato da maioria dos terreiros de candomblé no Brasil ser de tradição Nagô e porque justamente este candomblé tenha se perpetuado mais entre nós. Mas é no que argumenta Lopes (2003) que pretendemos nos debruçar neste novo projeto. Para este pesquisador dentro do quadro da presença afro-negra no Brasil, verifica-se uma predominância das culturas bantas, que colaboraram, diz ele, para nossa formação cultural, principalmente através de suas línguas, entre elas, o Quicongo, o Umbundo e o Quimbundo. Lopes contesta o que chama de suposta ascendência de línguas sudanesas, como o nagô (yorubá) no panorama das línguas africanas faladas no Brasil à época da escravidão e que teria modificado o falar português em nosso país. De acordo com ele, de fato, no vocabulário do português falado no Brasil, os termos de origem nagô estão mais restritos às práticas e utensílios ligados à tradição dos orixás, como a música, a descrição dos trajes e a culinária afro-baiana. (...) Tanto na fonética, quanto na morfologia e na sintaxe, as línguas bantas influenciaram decisivamente a língua que se fala hoje no Brasil. Mas, enfatiza, é no vocabulário que elas se fazem, mais presentes. O objetivo do presente projeto é continuar compartilhando como crianças de terreiros criam sentidos nos cotidianos dos candomblés. Desta vez, manteremos nossas observações e vivências em terreiros chamados de "nação Angola" para tentar compreender como crianças e jovens vivenciam línguas como quimbundo e o umbundo.

WALTER OMAR KOHAN

TÍTULO: OUTRAS FONTES PARA PENSAR OS SENTIDOS DE UMA EDUCAÇÃO FILOSÓFICA: SIMÓN RODRÍGUEZ E OS ZAPATISTAS

Resultado da integração de uma rede acadêmica de pesquisadores do Brasil e do exterior para pensar os sentidos de uma educação filosófica e, em particular, a posição do mestre, a partir das figuras de Simón Rodríguez e o Subcomandante zapatista Marcos este projeto desdobra pesquisas anteriores (CNE, 2011-2014: "Infância, política e emancipação. Novos desafios para o ensino de filosofia e uma educação filosófica"; CNPq, 2015-: "O Sócrates de Caracas. Um estudo do pensamento de Simón Rodríguez para pensar sentidos atuais de uma educação filosófica") visando fortalecer o campo de conhecimento do ensino de filosofia e, a uma só vez, examinar e problematizar a extensão do ensino de filosofia a âmbitos não tradicionais, como os níveis fundamental e

infantil, educação de jovens e adultos e outros, além de consolidar o intercâmbio com outras equipes de pesquisa nacionais e internacionais. Desde uma perspectiva teórica, o projeto se concentra nas figuras de Simón Rodríguez e o subcomandante Marcos como continuadores de uma tradição socrática: com efeito, eles recriam uma posição na qual o mestre não é mestre pelo saber que ele possui, mas pela sua relação ao saber e pelo campo de pensamento que abre aos que com ele aprendem. Simón Rodríguez e Marcos trazem elementos significativos para pensar essa posição, na afirmação de uma educação popular filosófica e na invenção de uma nova forma de exercer o poder de ensinar. As principais metas e resultados do projeto dizem respeito à formação de recursos humanos em nível de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado) e de profissionais atuantes na área; à produção bibliográfica em forma de livros e artigos em periódicos e ao alargamento de instrumentos de pesquisa já existentes, como banco de dados bibliográfico, edição de periódico e portal na Internet. O projeto também prevê a organização de colóquios internacionais e a continuidade dos intercâmbios com grupos de pesquisa de diversos países de América Latina e Europa.

VERONICA BORGES

TÍTULO: POLÍTICAS CURRICULARES PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: INTERPELAÇÕES AOS DISCURSOS COM CENTRALIDADE NO CONHECIMENTO E/OU PRÁTICA

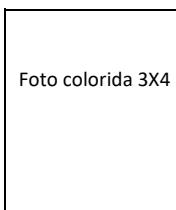
Este projeto focaliza a investigação de políticas curriculares para a formação de professores. Advoga pelo distanciamento de sentidos da política curricular como guia para a prática, bem como a de um conjunto de regulamentações concebidas por especialistas e implementadas por professores. Coloca-se em discussão o modo de entender os processos de subjetivações/identificações que operam via políticas curriculares e produzem modos de subjetivação docente. Esse entendimento tem como referência teorias pós-estruturalistas tendem a rejeição das ideias de completude e objetividade associadas à noção de identidade essencialista estabilizada nos discursos de diferentes áreas da educação, notadamente as áreas de currículo e formação de professores. As perspectivas pós-estruturalistas e pós-fundacionalistas e seus questionamentos a princípios como objetivismo, essencialismo, realismo e determinismo são tomados como potentes. Essa investigação se propõe indagar acerca do modelo de docência pautado no conhecimento especializado e que secundariza outras práticas (como as que consideram a experiência do aluno, do professor, os movimentos culturais e sociais, por exemplo), e que constrói uma narrativa que (em geral) adere-se muito bem a perspectivas tecnicistas/cientificistas do profissional docente. Por outro lado, há também discursos das melhores práticas que afirmam elementos como a experiência, a liderança, a gestão da sala de aula e secundarizam, por exemplo, o caráter acadêmico/científico da docência. Esses discursos, que não é algo novo no campo da educação, tendem a promover o fortalecimento da experiência, do senso comum, da prática pela prática, desqualificando e dissociando a teoria e prática.

VERA M. RAMOS DE VASCONCELOS

TÍTULO: POLÍTICAS (e PRÁTICAS) EDUCATIVAS PARA CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS NOS MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Esta pesquisa (2018 - 2021) complementa outra em andamento. Tem como temática central a reflexão sobre a primeira infância, em especial as crianças de zero a três anos, e sua educação em instituições públicas de Educação Infantil, com foco nas políticas públicas e práticas educativas em creches municipais. Propõe novos diálogos e mais próximos com as administrações/gestões que assumiram as prefeituras no ano de 2017, em especial aquelas cujas unidades de Educação Infantil foram construídas com verbas do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância). O foco é investigar as dificuldades, desafios e alternativas na implementação do Proinfância (ou modelos a fins) nos municípios, em especial depois que a Secretaria de Educação Básica aprovou a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), com textos diretamente voltados à Educação Infantil. O Objetivo é aprofundar as reflexões sobre a primeira infância, com foco nos bebês, a partir da perspectiva das crianças, famílias, gestores e demais profissionais das creches, em interlocução com os estudos sociais da infância (Psicologia e Sociologia da Infância) e articular essa temática às questões das políticas educacionais e práticas docentes. Desejamos produzir dados que dialoguem com quatro eixos iniciais de análise, a saber: (i) situação da Educação Infantil nos sistemas de ensino municipais, em especial das creches e nelas dos berçários, no que tange à cobertura e qualidade; (ii) cooperação ou fragmentação, nos municípios, dos setores de Assistência, Saúde e Educação direcionados às famílias, seus bebês e crianças *bem* pequenas); (iii) identificação ou não de políticas públicas educacionais relativas aos espaços-ambientes comprometidas com os indivíduos que neles (con)vivem - profissionais, famílias, crianças pequenas e bebês ; (iv) formação inicial e continuada oferecidas aos profissionais da Educação Infantil, identificando-se o contexto ao qual direcionam as práticas pedagógicas pensadas e vivenciadas com/pelas crianças de 0 a 3 anos.

ANEXO III
FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO



DECLARAÇÃO

De acordo com a Lei Estadual nº 6914/2014, eu, _____, inscrito no curso de _____ (mestrado ou doutorado) em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, sob o nº _____, no ano de _____, declaro, sob pena de aplicação das sanções penais previstas no Decreto-lei nº 2848/1940 (Código Penal, artigos 171 e 299); administrativas (nulidade de matrícula, dentre outras) e civis (reparação ao erário), além das sanções previstas nas normas internas da UERJ, identificar-me como negro.

Informo a seguir o(s) critério(s) utilizado(s) para me autodeclarar negro:

- Características físicas (especifique):

_____;

- Origem familiar/antepassados (especifique):

_____;

Outros (especifique):

_____;

Declaro, ainda, estar ciente de que, após matriculado na UERJ, poderei ser convocado por comissões específicas da Universidade para verificação da afirmação contida na presente declaração.

(Data e assinatura do candidato)

(Data e assinatura do Representante legal, se candidato menor de idade)

Foto
colorida
3X4

DECLARAÇÃO

De acordo com a Lei Estadual nº 6914/2014, eu, _____, inscrito no curso de _____ (mestrado ou doutorado) em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, sob o nº _____, no ano de _____, declaro, sob pena de aplicação das sanções penais previstas no Decreto-lei nº 2848/1940 (Código Penal, artigos 171 e 299); administrativas (nulidade de matrícula, dentre outras) e civis (reparação ao erário), além das sanções previstas nas normas internas da UERJ, identificar-me como indígena.

Informo a seguir o(s) critério(s) utilizado(s) para me autodeclarar indígena.

- Etnia ou povo a que pertenço (especifique):

_____;

- Origem familiar/antepassadosm (especifique):

_____;

- Outros (especifique):

_____;

Declaro, ainda, estar ciente de que, após matriculado na UERJ, poderei ser convocado por comissões específicas da Universidade para verificação da afirmação contida na presente declaração.

(Data e assinatura do candidato)

(Data e assinatura do Representante legal, se candidato menor de idade)

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICA

I- QUESTIONÁRIO COM INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS, DE PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO PARA OS OPTANTES PELO SISTEMA DE COTAS, ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ABAIXO, DEVENDO SER DEVIDAMENTE PREENCHIDO E ENTREGUE NO ATO DA INSCRIÇÃO.

http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Questionario_Socioeconomico_2016.doc

II- O MANUAL COM ORIENTAÇÕES SOBRE O SISTEMA DE COTAS ENCONTRA-SE DISPONÍVEL NO ENDEREÇO ABAIXO

http://www.sr2.uerj.br/sr2/depg/arquivos/Manual_Sistema_de_Cotas.pdf

ANEXO V

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ÀS INFORMAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

DECLARAÇÃO DE DESEMPREGO

Eu, _____,
(nome completo do candidato)
portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição
_____ e do CPF nº _____, declaro para os devidos fins e com
a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que todo o meu grupo
familiar está desempregado desde _____.

(período)

Acrescento ainda que temos mantido nossas necessidades financeiras da seguinte
maneira:

(explicar como tem mantido as necessidades financeiras e o valor desta manutenção)

Rio de Janeiro, ____/____/____.

Assinatura do declarante

1ª
testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª
testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: Esta declaração é válida para os casos em que **TODO** o grupo familiar estiver em
situação de desemprego.

Obs.: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada
uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTO EM NOME DE TERCEIROS

Eu, _____,

(nome completo do candidato)

candidato(a) ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de _____, declaro para os devidos fins e com a anuência de duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que o documento _____ (especificar o documento), encontra-se em nome de _____

(nome do titular do documento)

(grau de parentesco com o candidato/a)

do candidato/a em questão por _____

(preencher o motivo pelo qual o referido documento se encontra em nome de terceiros)

Rio de Janeiro, ____/____/____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE IMÓVEL CEDIDO

Eu, _____,

(nome completo do declarante)

_____, _____

(estado civil do declarante)

(grau de parentesco com o candidato)

(nome completo do candidato)

do candidato ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do
Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de
_____, portador (a) da carteira de identidade nº _____,
órgão de expedição _____ e do CPF nº _____, declaro para os
devidos fins e com a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que
cedi o imóvel situado na:

(endereço completo)

para _____.

(nome completo da pessoa beneficiada)

Rio de Janeiro, ____/____/____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE POSSE E OCUPAÇÃO

Eu, _____,

(nome completo do declarante)

_____, _____

(estado civil do declarante)

(grau de parentesco com o candidato)

(nome completo do candidato)

do candidato ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do
Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de

_____, portador (a) da carteira de identidade nº _____,

órgão de expedição _____ e do CPF nº _____,

declaro para os devidos fins e com a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas
e assinadas, que o imóvel situado na _____

(endereço completo)

trata-se de posse ou ocupação.

Rio de Janeiro, ____/____/____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA EM LOCAL DE TRABALHO

Eu, _____,

(nome completo do empregador ou seu representante)

portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição _____ e do
CPF _____, declaro para os devidos fins e com a anuência das duas testemunhas
abaixo qualificadas e assinadas, que _____,

(nome completo do empregado)

Reside em seu local de trabalho, situado na _____

(endereço completo)

Rio de Janeiro, ____/____/____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA

Eu, _____,
(nome completo do provedor)

_____, _____
(estado civil) (grau de parentesco com o candidato/a)

do/a candidato/a ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição _____ do CPF nº _____, por não possuir outra forma de comprovação, declaro para os devidos fins e com a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que pago pensão alimentícia, no valor de R\$ _____, (_____)
(valor por extenso)

à _____.
(nome de quem recebe a pensão)

Rio de Janeiro, ____/____/____.

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____
(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.

DECLARAÇÃO DE RENDA

(Se o preenchimento for feito pelo trabalhador)

Eu, _____,

(nome completo do/a declarante)

_____, _____

(estado civil)

(grau de parentesco com o candidato/a)

do/a candidato/a ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição _____ do CPF nº _____,

do/a candidato/a ao curso de _____ (mestrado ou doutorado) do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UERJ, no ano de _____, portador (a) da carteira de identidade nº _____, órgão de expedição _____ do CPF nº _____,

por não possuir outra forma de comprovação, declaro para os devidos fins e com a anuência das duas testemunhas abaixo qualificadas e assinadas, que exerço a função de

_____, com renda mensal bruta de R\$ _____,

(_____)

(escrever o valor por extenso)

Rio de Janeiro, ____/____/____

Assinatura do declarante

1ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

2ª testemunha _____

(nome completo, CPF, RG e assinatura)

Este modelo de Declaração pode ser utilizado para os casos de trabalhadores que exerçam atividade “informal”, “autônoma”, “liberal”, “domésticos” e “microempreendedor individual”.

Obs: É obrigatório o envio da fotocópia da carteira de identidade e do CPF de cada uma das testemunhas.